

ATA NÚMERO OITO DO CONSELHO GERAL

----- Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Resende, na sala A1.01 da Escola Secundária de Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Ponto um:** Ler e aprovar a ata da reunião anterior. -----

----- **Ponto dois:** Apreciar o relatório intercalar relativo à execução do Plano Anual de Atividades do segundo período, bem como o relatório final;-----

----- **Ponto três:** Analisar os relatórios do Gabinete de estudos, monitorização e avaliação, nomeadamente os relativo aos resultados do segundo e terceiro momentos de avaliação;-----

----- **Ponto quatro:** Aprovar o plano de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de acordo com o artigo 10.º da Portaria n.º 644-A/2015 de 24 de agosto;-----

----- **Ponto cinco:** Aprovar o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (Padde);-----

----- **Ponto seis:** Aprovar o pedido de assessoria técnico – pedagógicas de acordo com o estipulado no ponto 1 do artigo 30º do Decreto-lei 75/2008;-----

----- **Ponto sete:** Aprovar o mapa de férias do Diretor;-----

----- **Ponto oito:** Descentralização/Transferência de competências no domínio da educação; -----

----- **Ponto nove:** Apresentação do PIICIE – fase II; -----

----- **Ponto dez:** Outros Assuntos. -----

----- Estiveram presentes os conselheiros, Amadeu Vasconcelos, Ana Lázaro, Ana Magalhães, Beatriz Teixeira, Bruno Oliveira, Filipa Pereira, Gina Antas, Graça Andrade, José Carlos Teixeira, Maria José Dias, Nelson Alves, Paula Pereira, Paulo Jesus, bem como, os representantes da comunidade local cooptadas, Luís Ferreira em representação da Associação Empresarial de Resende, e Joaquim Alves em representação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Resende. Justificaram a sua ausência, os conselheiros, Carla Costa, João Felgueiras, Manuel Bernardo Joaquim, Manuel Tuna e Sérgio Sousa, alegando período de férias ou outras questões igualmente válidas.-----

----- Como **ponto prévio** pretendeu dar-se posse aos conselheiros que não marcaram presença nas últimas reuniões, o Conselheiro Nelson Alves e o Conselheiro Amadeu Vasconcelos, tendo a Presidente dado as boas vindas e afirmado contar com os seus contributos neste Conselho.-----

----- No que concerne ao **ponto um** da ordem de trabalhos, a ata foi lida e aprovada por maioria dos presentes na reunião anterior.-----

----- No que se refere ao **relatório intercalar relativo à execução do Plano Anual de Atividades do segundo período, bem como ao relatório final**, a presidente do Conselho Geral apresentou um resumo das atividades propostas no PAA, realizadas (com ou sem sucesso) e não realizadas. Assim, da análise efetuada, constata-se que, até ao final do segundo período deste ano letivo, foram submetidas na plataforma *Inovar PAA* e aprovadas em reuniões de Conselho Pedagógico um total de 118 atividades, das quais contabilizaram-se 69 realizadas com sucesso. Verificou-se um maior número de atividades realizadas com sucesso face aos anos anteriores, o que parece indicar, por um lado, um retorno à normalidade após aproximadamente dois anos vividos com limitações devidas à pandemia e, por outro lado, uma melhoria ao nível do registo da informação relativa às atividades na plataforma *Inovar PAA*. Foi efetuada também uma breve resenha do trabalho desenvolvido no âmbito dos diferentes clubes e projetos, tendo-se verificado que, apesar do contexto de pandemia vivido neste período e de todos os constrangimentos decorrentes do Plano de Contingência da Infecção por SARS-CoV-2 (COVID-19), todos os intervenientes continuaram a dinamizar os diversos Projetos e Clubes existentes, ainda que de acordo com o referido Plano, tendo sido utilizadas frequentemente as equipas criadas na aplicação *Teams* na plataforma *Office 365*, para cada Clube/Projeto, de forma a facilitar os contactos a estabelecer na dinamização e monitorização das atividades. ---

----- Este relatório, acompanhado da atualização do Plano Anual de Atividades, mereceu parecer favorável do Conselho Geral.-----

----- Relativamente ao relatório final relativo à execução do Plano Anual de Atividades, a presidente do Conselho Geral apresentou igualmente um resumo das atividades realizadas e não realizadas. Assim, durante este ano letivo, foram submetidas na plataforma *Inovar PAA* e aprovadas em reuniões de Conselho Pedagógico um total de 158 atividades. Entretanto, 3 dessas atividades foram canceladas, pelo que foram

avaliadas 155 atividades. A grande maioria (89,0 %) foi realizada com sucesso, não se tendo realizado apenas 10 atividades (6,5 %), sem, contudo, serem apontadas as razões para a não realização das mesmas. Na globalidade das que se realizaram existiu muito empenho e interesse por parte dos alunos e alcançaram-se os objetivos pretendidos. De referir a participação dos alunos nos diversos clubes e projetos disponíveis, salientando-se o enorme contributo da Biblioteca Escolar que, em articulação curricular, dinamizou um conjunto significativo de atividades, registando-se três prémios literários nacionais. Menos positivo revelou-se o Programa Academia Digital para Pais, o qual, não obstante a confirmação e validação das inscrições dos Encarregados de Educação, viu tornar-se inviável a sua dinamização por falta de comparência dos interessados. Futuramente será de repensar o horário em que as sessões irão decorrer, no sentido de ir mais ao encontro da disponibilidade dos Encarregados de Educação. O Diretor do Agrupamento esclareceu que a Academia Digital para Pais é um programa financiado que está dependente de candidatura e que, caso venha a existir a possibilidade de novas candidaturas, o Agrupamento apresentará uma nova proposta nesse sentido. Este relatório final mereceu parecer favorável, tendo sido aprovado por todos os Conselheiros.-----

----- A Conselheira Graça Andrade interveio chamando à atenção para a correção que é necessária efetuar nos diferentes relatórios relativos ao Plano Anual de Atividades, em que o termo Jardim de Infância deverá ser substituído por Educação Pré-escolar, dado que Jardim de Infância se refere aos estabelecimentos de ensino e não ao nível de ensino. O Sr. Diretor tomou boa nota para disso dar conta à Coordenadora de Projetos, a professora Sandra Silva.-----

----- De seguida pediu a palavra a conselheira, Maria José Dias para manifestar o seu lamento relativamente à atividade que o CLDS proporcionou junto de alguns alunos do ensino profissional, e que os levou a um programa da televisão pública, não tendo visto da parte do Agrupamento o merecido destaque. Estas atividades são importantes e cabe ao Agrupamento publicitá-las até para incentivar e motivar estes alunos e a ideia que perpassa é a que existe alguma segregação de algumas das valências da escola.-----

----- O Sr. Diretor interveio para rebater as palavras da Conselheira, afirmando não existir qualquer segregação dentro do Agrupamento e esclarecendo que o CLDS teve

sempre as portas da escola abertas, tendo dinamizado todas as atividades que pretendeu. Não se revê portanto nas palavras da Dr.^a Maria José Dias, dizendo que lamentável foi o que se passou relativamente à entrega dos prémios de mérito e louvor, em que não só foi obrigado a proceder a um reagendamento quando as instalações tinham já sido cedidas atempadamente, como também não existiu qualquer publicitação nos canais da Câmara Municipal, mesmo tendo a atividade contado com a presença do Sr. Presidente da Câmara e de vários vereadores, à semelhança da atividade Feira das Cultura, a qual também não mereceu qualquer destaque da Autarquia. Não se pode criticar quando os modos de atuação são semelhantes e, da mesma forma que não foi feito nenhum pedido da parte do Agrupamento para que se publicitassem essas atividades, também não chegou ao Agrupamento qualquer solicitação da parte do Município para que a atividade do CLDS fosse divulgada.-----

----- Nesta troca de palavras, interveio igualmente o conselheiro, Nelson Alves, que numa tentativa de justificar o sucedido, referiu que a situação pudesse ter a ver com falhas na comunicação e na organização dos eventos, mas rapidamente a sua intervenção foi criticada pela vereadora, Maria José Dias, dizendo que a questão era especificamente dirigida ao Sr. Diretor.-----

----- A reunião prosseguiu com a **análise do relatório do Gabinete de estudos e avaliação relativo aos resultados do segundo momento de avaliação**. No que ao **1.º ciclo** diz respeito os resultados foram bastante positivos, surgindo pontualmente algumas dificuldades às disciplinas de português, matemática e inglês. Na maioria dos casos observou-se uma evolução relativamente aos dados do primeiro período. Ao nível do **2.º ciclo**, constatou-se que no 5.º ano as disciplinas de português e matemática assumiram-se como as áreas que apresentaram mais níveis inferiores a três, não obstante a evolução observada face ao primeiro período. No 6.º ano, mesmo tendo-se observado progressos face ao primeiro período, os resultados foram mais preocupantes, mantendo-se as dificuldades dos alunos nas disciplinas de português e matemática, às quais se juntaram as disciplinas de Ciências Naturais, Inglês e História e Geografia de Portugal. As metas contratualizadas não foram cumpridas na larga maioria das situações, situando-se as taxas de sucesso no 5º Ano nos 87,95% e no 6.º ano nos 78,88%. Relativamente ao **3.º ciclo** as taxas de sucesso

continuaram aquém do esperado, sendo de 74,4% no 7.º ano; 83,3% no 8.º ano e de 83,8% no 9.º ano, continuando a verificar-se que não se atingiu a maioria das metas. Português, físico-química, ciências naturais, matemática e inglês foram as disciplinas com mais insucesso no 7.º ano. Já no 8.º ano as dificuldades surgiram nas disciplinas de matemática, físico-química, línguas estrangeiras e ciências naturais. No que concerne ao 9.º ano matemática, ciências naturais e português foram as áreas com maior taxa de insucesso. No que diz respeito à turma PIEF apenas se verificou uma taxa de sucesso correspondente a 50%. Constatou-se um número apreciável de alunos com três ou mais níveis inferiores a três e nos 7.º e 9.º anos cumulativamente com negativas às disciplinas nucleares de Português e Matemática. No ensino **secundário regular**, e ao nível do 10.º ano a taxa de sucesso foi de 95,5%, com o inglês, a matemática A e a física e química A a surgirem como as disciplina que globalmente apresentaram maior taxa de insucesso. No 11.º ano a taxa de sucesso foi de 93,6%, surgindo as disciplinas de geografia A, MACS e matemática A, como as que apresentaram maior taxa de insucesso. No 12.º ano os resultados foram bastante satisfatórios, verificando-se que no curso de ciências e tecnologias alguns alunos apresentaram classificações negativas.-----

----- No que ao **relatório do Gabinete de estudos e avaliação relativo aos resultados do terceiro momento de avaliação** diz respeito, constata-se que, mais uma vez, ao nível do **1.º ciclo** os resultados foram consideravelmente satisfatórios, com uma taxa de aprovação de 100%. Ao nível do **2.º ciclo** verifica-se que no 5.º ano se atingiu uma taxa de sucesso de 100%, não obstante a existência de 4 alunos com três ou mais níveis inferiores a três, mantendo-se as disciplinas de português, matemática e inglês como as áreas em que os alunos apresentam mais dificuldades. No 6.º ano a taxa de sucesso desce para 91%, com as disciplinas de matemática e ciências naturais, a registarem maiores índices de insucesso. Já no **3.º ciclo** as taxas de sucesso são de 98,9% no 7.º ano; 100% no 8.º ano e de 93,8% no 9.º ano, existindo, contudo, um número apreciável de alunos com três ou mais níveis inferiores a três e alguns com negativa cumulativamente às disciplinas de português e matemática. Matemática, português, físico-química e ciências naturais são as disciplinas que registam mais insucesso no 7.º ano, no 8.º ano as dificuldades surgiram nas disciplinas de matemática e inglês e no 9.º ano matemática, inglês e

português foram as áreas com maior taxa de insucesso. No que diz respeito à turma PIEF observou-se uma evolução significativa, tendo-se alcançado uma taxa de sucesso de 90,9%. -----

----- A Presidente do Conselho Geral manifestou a sua preocupação face a estes resultados quando se atenta ao número de alunos que transita com dificuldades a um número considerável de disciplinas, acreditando que deste modo não se está a valorizar a cultura de esforço e de trabalho, temendo que estes alunos persistam nas suas atitudes face à escola e ao estudo. O sucesso educativo é de louvar, mas não a qualquer preço, e espera que no próximo ano a intervenção junto destes alunos seja precoce e assertiva. O Sr. Diretor referiu que os dois anos de pandemia, particularmente com o ensino à distância, contribuíram para que os alunos perdessem hábitos e capacidade de trabalho. Do que vai auscultando junto dos professores, parece ter-se criado uma cultura de alguma descontração, concordando que a intervenção junto dos alunos deve ser precoce de modo a que os constrangimentos diagnosticados sejam suprimidos. A conselheira Ana Lázaro corroborou com o que foi proferido, referindo que acaba por se verificar um sucesso camuflado, que conduz a que os alunos transitem sem revelar grande esforço ou empenho. Sabe-se que a retenção é uma medida de exceção e que de acordo com os normativos legais, em que a evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, os discentes poderão até final de ciclo, conseguir recuperar e desenvolver as aprendizagens definidas. No entanto, considera que a situação é preocupante, que é um problema transversal, e que não devemos compactuar com esta cultura de facilitismo, correndo-se o risco de comprometer o futuro dos nossos alunos/jovens. -----

----- De seguida, tomou a palavra a Conselheira Gina Antas que corroborou com a opinião das professoras Paula Pereira e Ana Lázaro, tendo mencionado que por ser professora de praticamente todas as turmas do 3.º ciclo, foi para si evidente que os alunos perderam a cultura de escola, do saber estar e do saber fazer. No entanto, se nos anos terminais de ciclo a legislação é clara quanto aos critérios de transição, nos anos não terminais a retenção de um aluno assume um carácter de exceção, pelo que os Conselhos de Turma são soberanos e se entenderam que os alunos em causa reuniam condições para transitar, deverá apostar-se nas estratégias que se deverão

implementar junto dos que mais precisam.-----

----- A vereadora Maria José Dias pediu a palavra, agradecendo à professora Gina Antas, pois considerou que a mesma esclareceu bem a situação, especialmente para quem é externo ao meio escolar. Concorde igualmente com as opiniões anteriores, pois de facto constitui uma preocupação, dado que se pretende que os alunos aprendam e estejam bem formados e não que se transmita a ideia de um sucesso que na realidade é fictício e que será necessário avaliar, caso a caso, se a retenção, mesmo que excepcional, não poderá ser positiva, pois poderá permitir que os alunos possam recuperar aprendizagens e alterar atitudes que posteriormente lhe darão valências para os anos seguintes.-----

----- O Conselheiro Nelson Alves referiu que muitas vezes o que ouve da parte dos alunos é que não vale a pena estudar, dado que tomam a progressão como garantida, e que isso fomenta a que este género de atitudes face ao trabalho e ao estudo continuem.-----

----- O Conselheiro José Carlos Teixeira lembrou que esta é uma questão sociológica e temos que discutir a questão além dos muros da Escola. Os diferentes Conselheiros representam várias entidades e devemos questionar-nos sobre quem recai a responsabilidade. Afinal, o que fazem os pais? Que atitudes os pais desenvolvem para que os alunos adquiram as competências que devem? O que é que cada entidade representada pode fazer para ajudar a reverter esta situação? Não se pode descarregar na Escola toda a responsabilidade do que se verifica e a educação também tem que vir de casa. Apelava ainda a que o esforço dos alunos seja valorizado, pois muitas vezes o que se vê é que se premeia o mais fraco e não o melhor e que, à luz de uma discriminação positiva, se deveria também distinguir aqueles que se empenham e que dão o seu melhor.-----

----- A Presidente do Conselho Geral aproveitou a intervenção feita para se pronunciar quanto ao comportamento dos alunos, o qual, considera, se tem vindo a degradar, apelando a que exista, junto dos assistentes operacionais, alguma intervenção para que estes atuem de forma mais incisiva nas pequenas coisas, como por exemplo a linguagem que se ouve nos corredores.-----

----- O Conselheiro José Carlos Teixeira referiu que os funcionários deveriam ter formação para lidar com essas situações e que a entidade central não proporciona a

formação que é devida. Lança o repto para que agora, que estão sob alçada do Município, essa questão seja contornada. Reiterou ainda que os funcionários fazem o melhor que sabem e podem, indo muitas vezes além do que as suas funções estabelecem, acarinhando e dando atenção a muitos alunos, assumindo um papel que deveria ser dos pais.

----- A Conselheira Maria José Dias mencionou que sendo verdade que a tutela é obrigada a dar formação aos seus trabalhadores, não se pode esquecer que também existe a autoformação. Concorde que se deva promover a formação devendo, contudo, serem diagnosticadas as necessidades do pessoal não docente e que é importante que esse diagnóstico seja feito, dado que, face às diferentes funções que ocupam, as necessidades de uns podem não ser as de outros. Aproveitou ainda para referir o trabalho das assistentes sociais e dos restantes técnicos do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família que podem e devem ser chamadas para auxiliar na intervenção junto destes jovens, questionando o trabalho que a Dr.^a Maria João Moreira está atualmente a desenvolver, dado que sempre fez um trabalho meritório junto destes alunos e suas famílias, e que agora desconhece o que tem feito, lamentando se a técnica não estiver com as funções que sempre teve e que tão bem desempenhava.

----- O Conselheiro Bruno Oliveira referiu que deveria existir formação específica sobre competências e valores, ensinando aos alunos como estes podem cativar-se para melhorar a atenção e apontando as redes sociais, e o tempo que os jovens lhes dedicam dentro e fora da escola, como um problema desestabilizador e que propicia o desinteresse pelo estudo.

----- A Conselheira Graça Andrade referiu que estas questões têm de começar na família assistindo-se a uma cada vez maior desresponsabilização que começa logo no pré-escolar, em que alguns pais se demitem das suas funções e esperam que a escola resolva todos os problemas.

----- A Dr.^a Maria José Dias aludiu à necessidade de se referenciar estes Encarregados de Educação e trabalhar junto deles as competências em falta, através de projetos e aproveitando todas as valências que a Escola e a comunidade possam disponibilizar.

----- Posteriormente passou-se à análise da situação do ensino **secundário regular**,

verificando-se que no 10.º ano a taxa de sucesso é de 98,5%, mantendo-se as disciplinas de inglês, matemática A e a física e química A como as que globalmente apresentam maior taxa de insucesso. No 11.º ano a taxa de sucesso é de 100%, surgindo a disciplina de MACS e Biologia e Geologia como as que apresentam maior taxa de insucesso. No 12.º ano os resultados foram bastante satisfatórios, sendo que a disciplina de matemática A surge como a única que não apresenta uma taxa de sucesso de 100%. Os relatórios referentes aos resultados do segundo e terceiro momentos de avaliação mereceram parecer favorável dos Conselheiros.-----

----- No que toca ao **ponto quatro** desta ordem de trabalhos, foi apresentado o plano de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para aprovação. Neste plano são apresentadas as propostas para a distribuição das AEC por ano de escolaridade do 1.º ciclo de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 55/2018 de 6 de julho. O Diretor do Agrupamento referiu que o documento traduz o desenvolvimento das AEC no próximo ano letivo, o qual tem de se ajustar ao horário da matriz curricular do 1.º ciclo. O problema reside na identificação do horário que é mais adequado para estas atividades, dado que sendo as AEC na sua globalidade ações de carácter mais lúdico, e bem, pois são necessárias, deveriam desenvolver-se após as atividades letivas. No entanto, isso obrigaria a que a Câmara Municipal tivesse de efetuar uma contratação diferente dos técnicos e que conduziria à elaboração de contratos com poucas horas o que dificultaria a aceitação por parte desses técnicos. Assim sendo, distribuíram-se as AEC de acordo com duas variantes de horário, de modo a que estas atividades não se constituam como um fator de desconcentração nos alunos. Informou ainda que o Coordenador do 1.º ciclo solicitou que fosse comunicado que reside a impressão de que a AEC de inglês ao nível do 1.º e 2.º anos está a ser assumida não como uma atividade lúdica, mas mais como uma disciplina com trabalhos de casas e testes de avaliação, manifestando a preocupação de que este facto conduza à desmotivação dos alunos para o inglês.-----

----- A Conselheira Maria José Dias questionou se esta preocupação não deveria ter sido transmitida pelos professores titulares de turma aos professores das AEC, ao que o Conselheiro Paulo Jesus respondeu que os professores titulares não têm competências nas AEC, assumindo apenas a supervisão dos alunos face a algum retorno que os professores dessas atividades lhes possam dar relativamente às

regras de comportamento e interesse manifestados pelos alunos. À exceção disso, os professores titulares não têm qualquer responsabilidade sobre o programa e as atividades que são trabalhadas. O que se apercebem dos comentários dos alunos é que o inglês está a ser trabalhado como uma área curricular, o que induz preocupação e instabilidade nos alunos, fazendo com que estes cheguem ao 3.º ano já com reservas em relação a esta área.-----

----- O conselheiro Bruno Oliveira interveio para dar conta do estudo que refere que o ciclo circadiano influencia as nossas atividades e que o pico de atenção /concentração é atingido por volta das 10 da manhã. Assim sendo, e no seu entender, as atividades letivas deveriam ser desenvolvidas preferencialmente no período da manhã e as atividades mais lúdicas, como as AEC, deveriam decorrer nos períodos em que os alunos estivessem menos despertos.-----

----- Após a análise e discussão que mereceu dos conselheiros, procedeu-se à votação do plano de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passando ao **ponto cinco**, analisou-se a nova versão do **Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas**, o qual visa definir um conjunto de objetivos e ações a concretizar, durante o seu período de vigência, nas áreas/dimensões definidas como prioritárias, partindo dos resultados obtidos nos diagnósticos e da história digital do Agrupamento de Escolas de Resende, contemplando uma dimensão pedagógica, uma dimensão tecnológica e digital e uma dimensão organizacional e envolvendo os vários intervenientes da comunidade educativa. O Sr. Diretor apresentou o referido plano, referindo que o mesmo assenta em dois documentos de referência – o DigCompEdu e o DigCompOrg – de modo a desenvolver as competências digitais da comunidade escolar e que foi concebido numa ação de formação que se realizou para o efeito. -----

----- Neste ponto, integrou a reunião o professor convidado e coordenador da equipa PADDE, João Figueiredo, que tomou a palavra para explicar pormenorizadamente este plano, tendo referido que o mesmo está em execução, não se assumindo, contudo, como um documento estanque e que no final do próximo ano será feita uma nova análise e reflexão. Referiu ainda que a prioridade do Plano é a pedagógica, tendo sido já ministradas várias sessões de formação aos docentes do nosso

Agrupamento, uma de nível 1 e duas de nível 2, onde puderam adquirir/ aperfeiçoar as suas competências digitais, que certamente serão uma mais-valia para a promoção de estratégias de ensino e aprendizagem eficientes, inclusivas e inovadoras.-----

----- Este plano mereceu um parecer positivo e foi aprovado, tendo a Presidente do Conselho Geral agradecido o contributo do professor João Figueiredo, o qual se ausentou após a conclusão da análise deste ponto da ordem de trabalhos-----

----- Dando cumprimento ao **ponto seis**, pediu a palavra o senhor Diretor para apresentar a este órgão, o pedido de assessoria técnico – pedagógica da direção de acordo com o estipulado no ponto 1 do artigo 30º do Decreto-lei 75/2008, proposta esta já apresentada e votada por unanimidade em Conselho Pedagógico. O Sr. Diretor esclareceu que este pedido deve ser efetuado a cada novo ano letivo.-----

----- A Dr.ª Maria José Dias questionou quanto às horas que foram utilizadas no presente ano letivo, tendo o Sr. Diretor respondido que foram usadas na totalidade cerca de 15 horas. Deu como exemplo a questão da existência de um professor que, sendo advogado, tem sido muito útil na assessoria legal à Direção e a existência de horas de assessoria ao nível da utilização das diferentes plataformas que se têm que utilizar. Finalizado o esclarecimento procedeu-se de seguida à votação, tendo sido votado favoravelmente o pedido por todos os presentes com exceção da Conselheira Beatriz Teixeira, que entretanto se teve que ausentar da reunião.-----

----- No que concerne ao **ponto sete** foi apresentado o mapa de férias do Senhor Diretor, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com exceção da Conselheira Beatriz Teixeira pelas razões anteriormente apresentadas. O Sr. Diretor aproveitou para informar este Conselho que, relativamente às férias do ano transato, apenas gozou as relativas ao período de agosto.-----

----- Relativamente ao **ponto oito**, a Presidente do Conselho Geral deu a palavra à Conselheira Maria José Dias atendendo a que a inclusão deste ponto surgiu por solicitação da vereadora da educação do município, para que se pronunciasse sobre a descentralização/transferência de competências no domínio da educação.-----

----- A Dr.ª Maria José referiu que a transferência de competências tem decorrido com normalidade e que o Município assumirá todas as suas funções, no entanto alertou para a necessidade de contenção nos gastos, dado que as verbas são limitadas. O Sr.

Diretor mencionou a delegação de algumas competências que lhe foram feitas por parte do Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente a dinamização do refeitório e a gestão do pessoal não docente no que diz respeito à distribuição de serviço e que não pretende defraudar a confiança que lhe foi depositada, continuando com uma política de uma gestão consciente dos recursos.-----

----- O Conselheiro Amadeu Vasconcelos referiu que nos devemos todos concentrar no bom funcionamento da instituição e no bem-estar dos nossos alunos e, pedindo permissão para voltar um pouco atrás nesta reunião, salvaguardar a relação salutar que sempre existiu entre o Agrupamento e o Município. Referiu ainda que, atendendo a que nem sempre o Sr. Presidente da Câmara se faz acompanhar do Gabinete de Comunicação, sempre que alguma atividade seja dinamizada no Agrupamento sejam cedidas as imagens para que o Município as possa divulgar nos canais que dispõe.---

----- De seguida passou-se ao **ponto nove** onde foi concedida a palavra à Conselheira Maria José Dias, para que procedesse à apresentação do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (**PIICIE**), tendo esclarecido que contrariamente ao que se verificou na fase anterior, a entidade promotora desta fase do PIICIE é agora a Câmara Municipal. Este plano contempla as valências de um psicólogo e de um terapeuta da fala, tendo a sua operacionalização sido articulada entre a vereadora da educação, Dr.^a Carla Costa, com o Diretor do Agrupamento. O Sr. Diretor ressaltou a importância deste plano, afirmando que o Agrupamento estará sempre disponível para colaborar sempre que solicitado.-----

----- Por fim, em **outros assuntos**, a Presidente do Conselho Geral alertou os conselheiros da necessidade de se realizar uma reunião extraordinária no final de setembro /início de outubro para se definirem os descritores de avaliação interna de desempenho do Diretor, assim como para definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento e as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo Diretor, das atividades no domínio da ação social escolar.-----

----- Aproveitou ainda para questionar as entidades parceiras sobre a possibilidade de se conseguir arranjar armários para dotar a Biblioteca Escolar, em virtude de um pedido que lhe foi feito pela professora bibliotecária. O número de livros tem aumentado e os recursos existentes têm-se revelado insuficientes.-----

----- O Sr. Diretor pediu a palavra para felicitar o aluno Bruno Oliveira que, com a sua

participação nos diferentes concursos, elevou o nome do Agrupamento.-----
----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela presidente da reunião e pela conselheira que a secretariou.-----

A Presidente da reunião

A Secretária

Paula Pereira

Ana Lázaro